



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO REGIONAL II - SANTO AMARO
13ª VARA CÍVEL
AV. NAÇÕES UNIDAS, 22.939, São Paulo - SP - CEP 04795-100
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1063467-90.2024.8.26.0002**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Guilherme Castro Boulos**
Requerido: **Ricardo Luis Reis Nunes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ROGE NAIM TENN**

Vistos.

Guilherme Castro Boulos ajuizou a presente demanda em face de Ricardo Luis Reis Nunes pleiteando indenização por danos morais, conforme os fatos narrados na inicial, à qual me reporto.

É o sucinto relatório.

Fundamento e decido.

Autor afirma que sofreu danos morais por ter sido chamado de "invasor", "vagabundo" e "sem vergonha". Pleiteou a procedência do pedido de indenização por danos morais condenando-se o réu a publicar o Curriculum Lattes do autor em suas redes sociais.

No entanto, a inicial deve ser rejeitada em virtude de sua inépcia.

Nos termos do art. 330, §1º, inc. III, do CPC, a petição inicial deve ser considerada inepta nas hipóteses em que da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

No presente caso, o autor afirma que sofreu danos morais em virtude das supostas ofensas perpetradas pelo réu e, em vez de veicular pedidos de efetiva retratação, requereu que o réu publicasse o "curriculum lattes" do demandante, pedido que não apresenta qualquer pertinência com a causa de pedir trazida.

Assim, a inicial deve ser indeferida com fulcro no art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que inepta, nos termos do inciso III do §1º do referido artigo.

1063467-90.2024.8.26.0002 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO REGIONAL II - SANTO AMARO
13ª VARA CÍVEL
AV. NAÇÕES UNIDAS, 22.939, São Paulo - SP - CEP 04795-100
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Dispositivo:

Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, INDEFIRO A INICIAL e JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

Ainda, na hipótese de trânsito em julgado, intime-se o réu da sentença (art. 331, §3º).

De outro lado, havendo apelação, tornem à conclusão para análise do juízo de retratação.

Ficam as partes advertidas, desde logo, que a interposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes poderá ensejar imposição de multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos com as cautelas necessárias.

DAS CAUTELAS ANTES DO ARQUIVAMENTO

O artigo 1.093, §6º, das N.S.C.G.J.. determina que "compete aos funcionários das unidades judiciais por meio do Sistema Portal de Custas – Recolhimento e Depósitos, imediatamente após a juntada do comprovante aos autos, realizar a consulta acerca da validade e da veracidade da guia DARE-SP, oportunidade em que será realizada obrigatoriamente a vinculação da utilização do documento ao número do processo para impossibilitar a reutilização, até que haja vinculação automática no sistema, certificando-se nos autos".

Na sequência, o artigo 1.098 dispõe que "os processos findos não poderão ser arquivados sem que o escrivão judicial certifique nos autos estar integralmente paga a taxa judiciária com a respectiva vinculação da guia, os honorários devidos aos órgãos públicos ou entidades conveniadas, a multa prevista no §2º, do art. 77, do Código de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO REGIONAL II - SANTO AMARO
13ª VARA CÍVEL
AV. NAÇÕES UNIDAS, 22.939, São Paulo - SP - CEP 04795-100
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Processo Civil e as contribuições, ou sem que faça extrair certidão em que sejam especificadas essas parcelas para fins de inscrição da dívida ativa".

Assim, certifique a serventia se tais custas estão devidamente recolhidas.

Em caso positivo, arquivem-se os autos conforme já decidido.

Em caso negativo, expeça-se a respectiva certidão de dívida ativa com as providências cabíveis (Comunicado CG nº 196/2020) e após arquivem-se os autos conforma já decidido.

P.I.C.

São Paulo, data registrada no sistema.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**